PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
6ª GESTÃO

Data da Reunião: **25 de outubro de 2016**
Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 10º andar – Auditório da Sala 102 – Centro – SP

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano 2016, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, auditório da sala 102, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público**: João Sette Whitaker Ferreira (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Mário Wilson Pedreira Reali (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maura Icléa Bagnatori (Conselheira Poder Público/SEHAB); Higor Rafael de Souza Carvalho (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Guilherme Henrique Fatorelli Del'Arco (Conselheiro Poder Público/SEL); Geraldo Juncal Júnior (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Wagner Germanio (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Léa Marques Silva (Conselheira Poder Público/SEMDET); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO) e Mônica Therezinha Barthié Rossi (Conselheira Poder Público/CDHU). **Conselheiros (as) Movimentos Populares**: Mariza Dutra Alves (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia L. do Nascimento (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Mor. do Conj. Hab. 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Cons. Mov. Pop./Assoc. Mor. Conj. Hab. 26 de Julho); Mônica Fátima Ziliani (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto da Zona Oeste); José de Jesus F. Da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. dos Trab. Sem Teto Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Cons. Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de Sousa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Maria Barbosa Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Moradia Região Sudeste); Ana Paula da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Péricles de O. Santos (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Uranide Sacramento Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Moradia do Parque Otero); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Mov. Populares/MDM); João B. da Costa (Cons. Mov. Pop./Assoc. Def. e Orientação Cons. Contribuinte de SP); Adriana da S. Oliveira (Cons. Mov. Pop./Assoc. de Def. e Orient. ao Cons. Cont. de SP); Marisete Aparecida de Souza (Cons. Mov. Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo) e Ana Maria Carneiro Procópio (Cons. Movimentos Populares/MAC). **Conselheiros (as) Sociedade Civil**: Eliete Calisto da Cruz (Cons. Soc. Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Soc. Civil/APOIO); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Cons. Soc. Civil/CUT-SP); Cristina Boggi da Silva (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Adelcke Rossetto Netto (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Fabiana Alves Rodrigues (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Márcio Jeda Chéde (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Carolina Rafaella Ferreira (Cons. Soc. Civil/SECOVI-SP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Cons. Soc. Civil/SASP); Isadora Guerreiro (Cons. Soc. Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal Raulino (Cons. Soc. Civil/USINA). **Ausentes os (as) Conselheiros (as):** Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); Mariana Brito (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Ivy Mayumi de Moraes (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Joyce Reis Ferreira da Silva (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Lilian Cristina de Moraes Calcagno (Conselheira Poder Público/SIURB); Aumir de Andrade (Conselheiro Poder Público/SIURB); Elza Maria Lessa de Macedo (Conselheira Poder Público/SF); Luciano Teixeira (Conselheiro Poder Público/SF); Théo Nascimento de Araújo (Conselheiro Poder Público/SEMDET); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheira Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lúcia Helena da Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Sidney Soares Filho (Conselheiro Poder Público/CEF); Everaldo Manoel de Aguiar (Cons. Mov. Pop./Mov. Dos Trab. Sem Terra Leste 1);; Adriana de Freitas Siqueira (Cons. Mov. Pop./Assoc. Trab. Sem Teto Zona Noroeste); Edinalva S. Franco (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. em Def. dos Dir. Sociais); Maria dos Santos Almeida (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. Mor. Região Sudeste); Nestor Quintos de Oliveira (Cons. Mov. Populares/Assoc. de Mor. Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Cons. Mov. Populares/Mov. Def. do Favelado Episcopal Belém); Jenilda Silva Araújo (Cons. Mov. Pop./Mov. Def. Favelado Reg. Episcopal Belém); Jéssica Freire Leite da Silva (Cons. Mov. Pop./Fórum dos Mutirões de SP); Rosalvo Salgueiro (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Silvana de Jesus Alves (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves Lourenço (Cons. Movimentos Populares/IPAC); Antônio Santiago Quintana (Cons. Movimentos Populares/MAC); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira Soc. Civil/APEMEC); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Cons. Soc. Civil/CTB-SP); Carine Mie Saito (Cons. Soc. Civil/ CTB-SP); Paula F. Faria Rodrigues (Conselheira Soc. Civil/CUT-SP); Juliana Lemes Avanci (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Reinaldo Martines Ruiz (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP); Alfredo Vieira da Cunha (Cons. Soc. Civil/CREA-SP); Luciana de Oliveira Royer (Cons. Soc.

Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Celeste Maria Gama Melão (Cons. Soc. Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Maurílio Ribeiro Chiaretti (Cons. Soc. Civil/SASP); e Maristela Alves Lima Honda (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Ausência justificada:** Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Isabel Rodrigues Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Sr. Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Sec. Hab. do Estado de SP); Rogevaldo R. Cesário (Cons. Mov. Pop./Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo); Vicente Leme Filho (Cons. Mov. Pop./Mov. Terra de Deus Terra de Todos); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/FAU-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Cons. Soc. Civil/SCIESP); Ronaldo Cury de Capua (Cons. Soc. Civil/SINDUSCON-SP). **Presentes os convidados (as):** Amanda Ribeiro (SEHAB); Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB); Edmundo Fontes (COHAB); Gabriel Blanco (COHAB); Luiz Fernando Macarrão (SEHAB); Maria Lucia Salum D'Alessandro (SEHAB); Vera Lúcia Silveira Rosa de Barros (SEHAB) e Sidnei Pita (ULCM). Assinaram a lista outras 34 pessoas. **Pauta da Reunião:** 1) Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 6ª Gestão, realizada em 22/09/2016; 2) Apresentação da devolutiva sobre as oficinas de discussão das propostas para revisão do Plano Municipal de Habitação – Conselheiro João Sette Whitaker e Conselheira Tais Jamra Tsukumo; 3) Apresentação e discussão da proposta de Minuta de Projeto de Lei do Plano Municipal de Habitação – Conselheiro João Sette Whitaker e Conselheira Tais Jamra Tsukumo, e 4) Outros Assuntos. O Sr. Mário Reali dá inícios aos trabalhos. **Sr. Mário –** Item 1. (Fica o Item 1 adiado por uma reunião, devido a manifestações de alguns conselheiros, fora do microfone, que disseram não ter recebido a ata por e-mail). **Sr. Mário** – Item 2. **Sr. João** - O caderno de discussão pública ficou aberto para contribuições, on line, e fizemos uma série de oficinas. O Plano Municipal de Habitação foi muito bem recebido nos diversos lugares onde foi apresentado, porque foi trabalhado de maneira bastante participativa. O plano, em um primeiro momento, não vai diretamente ao detalhamento, dizendo quem vai ser atendido, onde e como. Isso ficaria para o procedimento seguinte, que o plano coloca, que é justamente a elaboração do plano quadrienal. Ele é muito mais um plano que aponta uma maneira de se ver a questão habitacional para os próximos dezesseis anos na cidade, ou seja, o que precisamos fazer para enfrentar serenamente a problemática da falta de moradia. Agora que nós, com o resultado das eleições, não estaremos mais aqui na próxima gestão, temos uma preocupação muito grande de que esse trabalho, com todo esse envolvimento e participação, não tenha sido em vão. E queremos construir com a equipe de transição um entendimento da importância desse plano e de um encaminhamento estruturado de uma política habitacional. Agora temos a preocupação de tentar construir um entendimento para que esse plano possa ser encaminhado na forma de projeto de lei e para que ele possa, na melhor das hipóteses, eventualmente, até mesmo ser aprovado. Claro que para isso dependemos de um entendimento com a equipe de transição e dependemos de um entendimento na câmara municipal. Talvez não consigamos avançar o suficiente para chegarmos ao ponto da sua aprovação, mas, se tivermos chegado ao ponto de produzir um texto, na forma de projeto de lei, e encaminhá-lo à câmara, já é um grande avanço até mesmo para este Conselho. Por isso, gostaria de solicitar que possamos fazer uma moção de apoio do Conselho ao esforço de tentarmos encaminhar esse projeto de lei para aprovação, sem compromisso de conseguirmos ou não, mas que o Conselho Municipal de Habitação se coloque de maneira favorável no sentido de encampar e dar um peso político a essa movimentação que estamos fazendo. (A Sra. Taís Jamra Tsukumo faz a apresentação da devolutiva sobre as oficinas de discussão das propostas para revisão do Plano Municipal de Habitação e da proposta de Minuta de Projeto de Lei do Plano Municipal de Habitação). **Sr. Mário** - Todo o material que foi apresentado vai estar disponível no site, a partir do final de semana. Dia 28 vai acontecer a divulgação. E dia 30 fica publicado. **Sr. Márcio Chéde** – Gostaria de entender bem o que o secretário quer do Conselho hoje. Se temos que tomar uma decisão do apoio, é preciso saber o que estamos apoiando. Esse projeto tem coisas muito interessantes, mas estamos tendo conhecimento das diretrizes do projeto. O detalhamento do projeto, não vimos. Se tivermos que aprovar alguma coisa, gostaria que ficasse no âmbito das diretrizes, uma coisa mais genérica, porque, dada minha formação, não poderia me comprometer integralmente com esse plano porque não conheço o detalhamento. **Sra. Verônica** - Acredito que o que o secretário está nos pedindo hoje não é algo que vá comprometer a vida de ninguém. É dizermos que estamos apoiando esse plano. É melhor dizermos que estamos apoiando esse plano porque isso vai gerar discussões, vai gerar mais audiências públicas, vai ser votado na câmara municipal. Nós, conselheiros, apoiamos esse plano de habitação porque sabemos que ele será discutido, que vai haver desdobro de quatro em quatro anos. **Sra. Carmen** - Estamos discutindo esse Plano Municipal de Habitação há vários meses e em várias audiências e principalmente com uma participação muito ampla da população. E é justo deixar para a Cidade de São Paulo um plano tão bem elaborado, com vários setores, poder público, poder privado e, principalmente, com a população de São Paulo. **Sr. João** - O que foi proposto aqui pela Taís, que puderam ver, não é um detalhamento. É uma transcrição do que está no caderno do plano para uma linguagem legislativa. O caderno de discussão do plano, lançado no dia 30 de junho, ficou três meses disponível em PDF para acesso on line e recebeu centenas de contribuições que já foram inclusive assimiladas, como visto na primeira parte da apresentação que a Taís fez. Então, não há nenhuma novidade em relação ao que está sendo proposto. Nossa idéia é justamente fazer uma coisa que São Paulo nunca teve, que é construir uma linha diretriz, um fio condutor para a política habitacional. É construir uma política pública que tenha capacidade de ser perene e sobreviver às mudanças de gestão. E queremos construir um material que seja consensual e aprovável. Não estamos dizendo aqui o que a próxima gestão vai ter que cumprir. Estamos dizendo que nas próximas quatro gestões é interessante que se cumpra essa meta geral de atendimento da política habitacional. Dia 30, iremos colocar esse material no ar para consulta de todos. Então, significa que mesmo este Conselho terá acesso aos detalhamentos desse texto que nada mais são do que os aspectos que já estão no plano; todos terão acesso para discutir em cima disso, para que isso vá à câmara com um entendimento para aprovação. Suponho que talvez os vereadores queiram fazer alterações, entrar com emendas, enfim, vamos ter o processo normal e democrático de uma aprovação de um projeto de lei. Então, o que estou solicitando hoje não é nenhuma chancela definitiva deste Conselho sobre o texto final. O que estou colocando hoje é uma solicitação de que o Conselho se manifeste favoravelmente ao nosso esforço para dar encaminhamento a esse projeto de lei, para que

possamos tentar construir um entendimento da sua aprovação, com todo o processo de discussão que isso implica. Assim, ganhamos mais força para podermos conversar com a equipe da próxima gestão. **Sr. Mário** - Inclusive, o próprio processo legislativo na câmara pressupõe a realização de novas audiências públicas, promovidas pela câmara municipal. **Sr. João** - Claro que gostaríamos muito de aprovar esse plano na câmara até o final da gestão. Mas, caso encaminhemos à câmara, sejam feitas audiências públicas e isso fique ali para ser aprovado, para ser uma discussão feita no começo da próxima gestão, já vai ser um grande ganho. Teremos encaminhado, teremos um objeto de trabalho consistente. É isso que queremos e queremos ter o apoio do Conselho nesse esforço porque na verdade é uma aprovação do Conselho a um esforço de todos nós aqui, porque nós todos estamos trabalhando nisso há algum tempo. **Sr. Sidnei** – Acredito que esse novo Conselho que assumiu vai ter um desafio ainda de mais dois anos para que na próxima gestão já tenha um ponto de partida de discutir o tamanho da problemática da moradia na cidade. Estamos apontando isso. Isso é um ponto de partida. Acho que esse Conselho, além de apoiar, tem que absorver e olhar os detalhamentos para ajudar a conduzir a próxima política. O plano está muito amplo, está com todas as problemáticas porque houve as participações dentro da câmara, participação dos distritos, leste, norte, sul e centro, e, como ainda vai passar por um outro período até chegar à câmara, acontecerão as novas audiências públicas. A Cidade de São Paulo nunca teve um Plano Municipal de Habitação. **Sra. Mariza** - Esperamos conseguir aprovar esse caderno, as propostas que foram discutidas com a população. Foram várias audiências, em vários bairros, leste, sul, norte, oeste, centro. É um começo de um processo de luta democrática, mas temos que continuar participando para fazer com que todas as nossas propostas – e vimos que existem propostas para as mulheres, para os idosos, para moradia, para os outros segmentos – sejam aprovadas. **Sr. João Bosco** - Vejo o plano tecnicamente muito bom; politicamente, vejo que é discutível, e, do ponto de vista social, uma coisa justa. Acho que devemos aprovar e acima de tudo: quem eventualmente tenha uma preocupação, esqueça essa preocupação porque, na hora em que chegar à câmara, o projeto de lei passará no mínimo por cinco comissões. A câmara, de maneira alguma, iria chegar e aprovar sem proceder a audiências públicas e sem discutir isso com muita firmeza, com muita evidência. **Sra. Maura** - Esse trabalho foi além do esforço. Se as pessoas não tivessem competência, inteligência, se as pessoas não tivessem uma proposta democrática para a cidade, só o esforço não daria resultado. E esse PMH, essa proposta foi discutida com o corpo técnico da Secretaria de Habitação. Houve várias oficinas onde o corpo técnico pudesse falar, se posicionar em relação às propostas. E esse corpo técnico também é de carreira. São pessoas que estão aqui há muitos anos, que já passaram por várias gestões. Houve um trabalho muito grande, com empenho do secretário e de um corpo de profissionais sérios e comprometidos com a democracia e com a proposta de atendimento à população também junto aos movimentos. **Sra. Nani** – Esse plano é muito importante. Em vários movimentos, a comunidade conseguiu se enxergar dentro desse caderno, desse plano. É muito importante nosso apoio. **Sr. João** – Temos duas audiências públicas marcadas, no dia 8 e no dia 19 de novembro. O processo participativo dessa elaboração toda é muito importante. Houve uma série de procedimentos participativos que foram documentados e que já representam um número considerável de pessoas que participaram desse processo. A audiência pública do dia 8 é justamente para nos aprofundarmos no detalhamento, no texto mais completo. Até dia 8 pretendemos discutir o texto mais detalhadamente e fazer uma audiência pública para isso. Seria muito importante que nessas duas audiências públicas conseguíssemos a adesão de muitas pessoas participando, porque isso evidentemente vai dar um peso muito grande a esse trabalho que estamos fazendo. Então, que os conselheiros pudessem estar presentes nessas audiências públicas, levando outras pessoas, para termos um número significativo de participantes e podermos fazer um fechamento do texto, que seria no dia 19 de novembro, com uma participação bastante significativa. A reunião do dia 8 de novembro será no Mackenzie. No dia 19 será na quadra dos bancários. Queremos que essa proposta, de maneira muito serena, possa ser encaminhada como uma proposta de política pública. (É redigida uma minuta, onde se lê: "O CMH, Conselho Municipal de Habitação, aprova manifestação de apoio ao encaminhamento à Câmara Municipal de São Paulo, dentro dos procedimentos formais adequados, do projeto de lei relativo ao Plano Municipal de Habitação, apresentado para discussão pública em 30 de junho de 2016". A referida minuta é aprovada pelos conselheiros presentes). **Sr. Geraldo** - Queria reforçar a importância da peça do Plano Municipal de Habitação e do alinhamento do Plano Municipal de Habitação com o Plano Nacional de Habitação e com toda a política de habitação que foi criada, com a participação de vários de nós aqui, nas conferências nacionais da cidades, nas conferências estaduais. Essa peça, esse documento, com todos os ajustes que venham a ser feitos no processo legislativo, também se constitui em instrumento de luta e instrumento de garantia de direitos. **Sr. Mário** – Item 4. **Sr. Geraldo** - Mais uma conquista que tivemos na reunião da Comissão Executiva, no dia de hoje, pela manhã, referente às entidades que venceram nos chamamentos: assim que superadas as pendências das áreas, o Conselho já autorizou a transferência, a doação, com encargos, para as entidades. Há um mês mais ou menos, fizemos as transferências das cartas de anuência. Para algumas entidades, foram as cartas de anuência. Para outras, foi renovação das cartas de anuência. Para outras entidades, foi o Termo de Permissão de Uso, cessão de uso. E a última etapa desse processo seria a doação dos imóveis para as entidades, para que elas pudessem fazer ali os seus projetos. Isso representa cerca de setenta e oito áreas; uma estimativa de quinze mil unidades, com autorização para transferência. (Encerra-se a reunião)

***